

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.717 - PR (2019/0291098-6)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : IGNEZ BASILIA DOS SANTOS
ADVOGADO : MÁRCIA CRISTINA AVELINO BENEDETTI IDALGO -
PR017323

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 278):

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. CONCESSÃO. TRABALHADOR RURAL. ÓBITO ANTERIOR À LC 11/71. TEMPUS

REGIT ACTUM. QUALIDADE DE DEPENDENTE. PREENCHIMENTO DE REQUISITOS. TERMO INICIAL. LEI 7.604/87. PRESCRIÇÃO. CONJECTÁRIOS LEGAIS. IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.

1. *A concessão do benefício de pensão por morte depende do preenchimento dos seguintes requisitos: a) a ocorrência do evento morte; b) a condição de dependente de quem objetiva a pensão; ñ) a demonstração da qualidade de segurado do de cujus por ocasião do óbito. Além disso, rege-se o benefício pela legislação vigente à época do falecimento e independe de carência, em conformidade com o princípio do tempus regit actum e nos termos da Súmula 340 do STJ.*

2. *A legislação vigente à época do óbito, ocorrido em 1970, era o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214/1963). Posteriormente, foi editada a LC 11/71, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural), que previa a concessão de pensão por morte aos dependentes dos rurícolas. Tal benefício foi estendido pela Lei 7.604/87 aos dependentes dos falecidos anteriormente à edição da referida lei complementar, de maio de 1971, fixando como termo inicial da pensão para estes casos 1º/04/1987.*

3. *O exercício de trabalho rural pode ser comprovado por início de prova material corroborado pela prova testemunhal. Comprovado que o de cujus era rurícola, assim como a dependência econômica da autora - esposa do falecido fazendo jus à pensão por morte requerida.*

4. *Em se tratando de obrigação de trato sucessivo e de verba alimentar, não há falar em prescrição do fundo de direito.*

Superior Tribunal de Justiça

Contudo, são atingidas pela prescrição as parcelas vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, conforme os termos do parágrafo único do art. 103 da Lei nº 8.213/91 e da Súmula 85/STJ.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fl. 320).

Aponta o recorrente violação aos arts. 1.022, II, do CPC/2015, 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 42 da Lei 3.807/60, 158, 159, 160, 161 e 162 da Lei 4.241/63, sustentando, além de negativa de prestação jurisdicional, que *"a legislação vigente na data do óbito (Leis 3.807/60 e 4.241/63), diferentemente da Lei 8.213/91, condicionava a concessão de benefícios aos trabalhadores rurais à provação de recolhimento da contribuição ao IAPI"* (fl. 349).

Afirma que *"o diploma legal a conferir aos trabalhadores que exerciam atividade rurícola em regime de economia familiar a qualidade de segurado especial só foi editado em 1971, qual seja, a Lei Complementar 11/1971"* (fl. 349).

Alega que, *"ao contrário do decidido, não restaram comprovados pela autora os requisitos necessários à concessão do benefício pleiteado, nos termos da legislação vigente à data do óbito, motivo por que o benefício é indevido"* (fl. 350).

Aduz que *"o presente recurso merece ser conhecido e provido, porquanto, tendo ocorrido o óbito em 30-05-1970, aplica-se, na hipótese em tela o disposto nas Leis 3.807/60 e 4.241/63, inclusive para o cálculo do valor da pensão, caso Vossas Excelências concluïrem pela procedência do pedido"* (fl. 351).

Sem contrarrazões.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irrisignação não comporta acolhida.

Inicialmente, o Tribunal de origem não se manifestou sobre a alegação de que *"a legislação vigente na data do óbito (Leis 3.807/60 e 4.241/63), diferentemente da Lei 8.213/91, condicionava a concessão de benefícios aos trabalhadores rurais à provação de recolhimento da contribuição ao IAPI"*, apesar de instado a fazê-lo por meio dos competentes embargos de declaração. Nesse contexto, pois, incide o óbice da Súmula 211/STJ (*"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo"*).

Superior Tribunal de Justiça

Observa-se que a referida tese não foi oportunamente apresentada ao Tribunal de origem, por ocasião da interposição da apelação, tendo sido aduzida somente nos embargos de declaração, restando caracterizada a existência de inovação recursal.

Nesse contexto, não cabe falar em afronta ao art. 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem apreciou integralmente as questões que lhe foram postas na apelação cível, não havendo omissão a ser suprida por meio de embargos declaratórios, os quais, em verdade, se revestiram de conteúdo evidentemente inovador.

A propósito, vejam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO DE VALORES PAGOS A TÍTULO DE HORAS EXTRAS. SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO EM COMISSÃO. ART. 535, II DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. CONVALIDAÇÃO DO ATO PELA LEI ESTADUAL 17.618/08. PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DA LEI ESTADUAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 2º. DA LEI 9.784/99, 4º. E 5º. DA LEI 8.429/92 E 884 E 876 DO CC/02. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CABE AO TRIBUNAL A QUO ANALISAR MATÉRIA NÃO IMPUGNADA NO RECURSO DE APELAÇÃO, NEM ALEGADA OPORTUNAMENTE DURANTE O PROCESSO, SALVO AS CONEXAS COM O MÉRITO E AS DE ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. No tocante ao art. 535, II do CPC, inexistente a violação apontada, tendo em vista que o Corte de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se que o Tribunal a quo foi claro ao afirmar que houve a convalidação do ato, tido por ilegal, por Lei Estadual superveniente, razão pela qual a tese da impossibilidade de retroação da lei foi, tacitamente, rechaçada.

2. Quanto às teses de violação aos arts. 2º. da Lei 9.784/99, 4º. e 5º. da Lei 8.429/92 e 884 e 876 do Código Civil de 2002, constata-se verdadeira inovação recursal, porquanto o recorrente, em Embargos de Declaração, passou a alegar tais questões, não defendidas oportunamente em sede de Apelação. Por se tratar de inovação recursal, obviamente, tais matérias não foram debatidas pelo Tribunal a quo, carecendo do requisito de prequestionamento. Inafastável, portanto, a incidência da Súmula 211/STJ.

3. A inovação recursal somente se mostra possível na hipótese de o recorrente comprovar que deixou de alegar anteriormente a

Superior Tribunal de Justiça

matéria por motivo de força maior, nos termos do art. 517 do CPC.

4. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.334.213/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 5/11/2013, DJe 2/12/2013)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOVAÇÃO DE TESE. OMISSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM AFASTADA.

1. "É vedada a inovação de teses em embargos de declaração e, por tal razão, inexiste omissão em acórdão que julgou a apelação sem se pronunciar sobre matérias não argüidas nas razões de apelação." (REsp 1.038.920/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 25/11/2008)

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 364.354/RJ, da minha relatoria, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/10/2013, DJe 4/11/2013)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. LEI N.º 11.280/06. AÇÃO AJUIZADA ANTERIORMENTE. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. INOCORRÊNCIA. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 283/STF. APLICAÇÃO.

[...]

3. Na forma dos precedentes desta Corte Superior de Justiça, não se pode ter como prequestionado tema federal suscitado apenas em sede de embargos de declaração, os quais se mostram inadequados para propiciar discussão de matéria nova.

[...]

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.133.269/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 28/6/2011, DJe 3/8/2011)

PROCESSUAL CIVIL – OFENSA AO ART. 535 DO CPC – INOVAÇÃO DE TESE – OMISSÃO – INOCORRÊNCIA – CASO FORTUITO – AFERIÇÃO – IMPOSSIBILIDADE – SÚMULA 7/STJ – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – JUROS – FALTA DE PREQUESTIONAMENTO – APLICAÇÃO DA SÚMULA 211/STJ.

1. É vedada a inovação de teses em embargos de declaração e, por tal razão, inexiste omissão em acórdão que julgou a

Superior Tribunal de Justiça

apelação sem se pronunciar sobre matérias não argüidas nas razões de apelação.

[...]

3. Nos termos da Súmula 211/STJ, inadmissível o recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal de origem.

4. Recurso especial não conhecido.

(REsp 1.038.920/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 25/11/2008)

No mais, o Tribunal de origem, ao solucionar a controvérsia, adotou as seguintes razões de decidir (fls. 282/285):

No caso dos autos, a concessão do benefício previdenciário rege-se pela norma vigente ao tempo em que o beneficiário preenchia as condições exigidas para tanto, em conformidade com o princípio tempus regit actum e nos termos da Súmula 340 do STJ ("A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado").

Na data do óbito do segurado instituidor da pensão (30.05.1970 - certidão de óbito, Evento 1, PET1, Página 14) tinha vigência a Lei nº

4.214/1963 (Estatuto do Trabalhador Rural) que, em seu artigo 160, dispunha:

Art. 160. São obrigatoriamente, segurados: os trabalhadores rurais, os colonos ou parceiros, bem como os pequenos proprietários rurais, empreiteiros, tarefeiros e as pessoas físicas que explorem as atividades previstas no art. 30 desta lei, estes com menos de cinco empregados a seu serviço.

Ainda, o § 2º do art. 161 da mesma lei, estabelecia que:

§ 2º. Os segurados referidos neste artigo e seus dependentes gozarão de todos os benefícios atribuídos ao segurado rural e dependente rural.

Entre os benefícios garantidos aos segurados rurais e, conseqüentemente, aos trabalhadores rurais mencionados no art. 160 estava a pensão em caso de morte, conforme disposto no art. 164, inciso "d" da referida legislação.

No entanto, os trabalhadores rurais foram abarcados pela Previdência Social de forma ampla somente com edição da Lei Complementar nº. 11/71, a qual estabeleceu em seu art. 2º, III, que entre os benefícios concedidos no âmbito do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural) estava a pensão, definindo no art. 3º os beneficiários do programa, in verbis:

Art. 3º São beneficiários do Programa de Assistência instituído nesta Lei Complementar o trabalhador rural e

Superior Tribunal de Justiça

seus dependentes.

§ 1º Considera-se trabalhador rural, para os efeitos desta Lei Complementar:

a) a pessoa física que presta serviços de natureza rural a empregador, mediante remuneração de qualquer espécie.

b) o produtor, proprietário ou não, que sem empregado, trabalhe na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mutua dependência e colaboração.

§ 2º Considera-se dependente o definido como tal na Lei Orgânica da Previdência Social e legislação posterior em relação aos segurados do Sistema Geral de Previdência Social.

O Decreto 89.312/84 determinava em seus arts. 47 e 10, I as regras para concessão da pensão e estabelecia quem eram os dependentes do segurado:

Art. 47 - A pensão é devida aos dependentes do segurado, aposentado ou não, que falece após 12 (doze) contribuições mensais.

Art. 10 - Consideram-se dependentes do segurado:

I - a esposa, o marido inválido, a companheira mantida há mais de 5 (cinco) anos, o filho de qualquer condição menor de 18 (dezoito) anos ou inválido e a filha solteira de qualquer condição menor de 21 (vinte e um) anos ou inválida.

Sobreveio a Lei nº 7.604/87, que estendeu a pensão por morte regulada pela LC nº 11/71 aos dependentes de trabalhadores rurais falecidos antes da vigência da lei complementar, com termo inicial em 1º de abril de 1987, in verbis:

Art. 4º A pensão de que trata o art. 6º da Lei Complementar n. 11, de 25 de maio de 1971, passará a ser devida a partir de 1º de abril de 1987 aos dependentes do trabalhador rural, falecido em data anterior a 26 de maio de 1971.

O pedido veiculado na inicial é para concessão de pensão por morte a Ignez Basília dos Santos, em decorrência do óbito do esposo, Alfredo Isaías dos Santos, ocorrido em 30.05.1970. O requerimento administrativo, protocolizado em 11.07.1994 (Evento 1, PET1, Página 25), foi indeferido sob o fundamento de que o falecido não detinha qualidade de segurado especial. A requerente alega que o cônjuge era trabalhador rural, boia-fria. A presente ação foi ajuizada em 02.08.2012 (Evento 1, PET1, Página 1).

A controvérsia diz respeito à comprovação do exercício de atividade rural pelo de cujus à época do óbito e ao termo inicial

do benefício pleiteado.

Não houve contestação sobre a qualidade de dependente da autora, que era esposa do falecido, conforme certidão de casamento (Evento 1, PET1, Página 12) e certidão de óbito (Evento 1, PET1, Página 14).

Os seguintes documentos foram colacionados aos autos para comprovar a condição de rurícola do de cujus:

- certidão de casamento em que o falecido está qualificado como lavrador datada de 1937 (Evento 1, PET1, Página 12);*
- certidão de óbito, na qual consta que ele era lavrador datada de 1970 (Evento 1, PET1, Página 14); e*
- certidões de nascimentos dos filhos em que o casal está qualificado como lavradores datadas de 1954 e 1963 (Evento 1, PET1, Página 14 e 15);*
- registro de pequena área rural, de cultura, em nome do casal em que o falecido conta como agricultor datada de 1952 (Evento 1, PET1, Página 18);*
- registro de formal de partilha do instituidor relativo à área rural em favor da autora datado de 1977 (Evento 1, PET1, Página 19).*

Tenho eu que início de prova não há que ser prova cabal; trata-se de algum registro por escrito que possa estabelecer liame entre o universo fático e aquilo que expresso pela prova testemunhal; o que, in casu, se verifica.

Em audiência, juntada de áudio ev. 1 processo digitalizado, foram ouvidas três testemunhas, Antônio Pereira dos Santos, Braz Messias dos Santos e Lourenço Fonseca, as quais foram uníssonas e precisas em afirmar o trabalho campesino do falecido, descrevendo as lides rurais, trocando dias de trabalho com os vizinhos, não dispunham de maquinários.

Considerando as informações apresentadas, resta comprovado o exercício de atividade rural do instituidor no período anterior ao óbito.

Sendo assim, mantenho a sentença que reconheceu a qualidade de segurado especial do instituidor e concedeu o benefício de pensão por morte. Precedente (TRF4, AC 0010435-40.2012.4.04.9999, Quinta Turma, Relator Roger Raupp Rios, D.E. 31.08.2016).

Do termo inicial do benefício

O R. Juízo determinou na sentença como termo inicial da pensão por morte a data do requerimento administrativo (11.07.1994), e cessação quando do óbito da Autora, vale dizer, 20.10.2013.

A Lei 7.604/87 estabeleceu em seu art. 4º que a pensão por morte regulada pela LC nº 11/71 seria devida aos dependentes do trabalhador rural falecido antes da vigência da legislação (ou seja, antes de 26.05.1971), fixando como termo inicial do

Superior Tribunal de Justiça

benefício 1º.04.1987, Como no caso em apreço o óbito ocorreu 30.05.1970, portanto, o termo inicial da pensão por morte é 1º.04.1987.

No entanto, diante da ausência de recurso da parte autora quanto ao ponto, mantenho o termo inicial estabelecido na sentença, sob pena de reformatio in pejus.

Partindo dessa premissa, o Tribunal **a quo** consignou que, com a edição da Lei 7.604/1987, os benefícios estabelecidos pela Lei Complementar 11/1971 foram estendidos aos dependentes dos trabalhadores rurais falecidos antes de 26/5/1971.

A autarquia/recorrente, no entanto, nas razões do Recurso Especial, não cuidou de impugnar o acórdão quanto aos fundamentos acima referidos, o que, por si só, mantém incólume o julgado combatido.

Registre-se que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto do **decisum** contra o qual se insurge, refutando todos os óbices por ele levantados, sob pena de vê-lo mantido.

Logo, sendo os fundamentos suficientes para manter o julgado, fica inviabilizado o Recurso, esbarrando, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida se assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."* A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

Ademais, na hipótese em tela, o Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, entendeu que, *"Considerando as informações apresentadas, resta comprovado o exercício de atividade rural do instituidor no período anterior ao óbito"*, houve o preenchimento dos requisitos para fins de obtenção da pensão por morte.

Assim, de plano, não se constata qualquer violação à lei federal, de modo que a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do material probante dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, a teor da Súmula

Superior Tribunal de Justiça

7/STJ.

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

